Meio ambiente

Menor desmatamento na Amazônia

Ares*

O INSTITUTO Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apresentou a estimativa de desmatamento na Amazônia Legal realizada pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes). O levantamento leva em conta a coleta feita por 96 imagens de satélites, que computam como desmatamento as áreas superiores a 6,25 hectares onde ocorreu remoção completa da cobertura florestal (corte raso). A margem de erro é de mais ou menos 10%.

A taxa de desmatamento projetada para o período de agosto de 2010 a julho de 2011 indica uma redução de 11% em relação ao mesmo período entre 2009 e 2010. Houve uma reversão abrupta no quadro assistido até meados do primeiro semestre, que era de crescimento. Trata-se da menor taxa estimada pelo Inpe desde 1988, quando o instituto iniciou a série de levantamentos anuais de desmatamento. Não obstante, a área desmatada ainda é considerada grande, pois supera o território do Distrito Federal.

O resultado consolidado será divulgado em abril de 2012, quando será complementado através de análise de mais 117 imagens necessárias para cobrir a área de floresta na Amazônia Legal.

Considerada uma das ações principais do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) no Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), o Prodes é reconhecido como uma contribuição fundamental para o logro das metas do PPCDAM pela presteza e transparência na divulgação da informação sobre o desmatamento na Amazônia Legal.

Os Estados do Pará, de Mato Grosso e Rondônia continuam na liderança do desmatamento entre os Estados nacionais. No Pará, houve redução na comparação anual, mas os Estados de Mato Grosso e Rondônia tiveram, respectivamente, crescimento de 20% e 100%. Esses resultados são extremamente sensíveis.

Para o governo, o recuo no número total do desmatamento pode ser atribuído a uma intensificação no combate à perda florestal. Até 2014, a previsão é investir R$ 1 bilhão em três satélites.

Com a tendência de queda no processo de devastação, o governo anuncia a pretensão de investir na recuperação de áreas desmatadas e abandonadas no bioma. O debate deverá ir além e não apenas coibir o desmatamento. Será preciso avançar em relação ao monitoramento da área já desmatada na Amazônia, estimada em 20%, em processo de regeneração ou com florestas plantadas com espécies exóticas, de acordo com levantamento feito pelo Inpe e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Como cumpre o papel de absorvedores de dióxido de carbono, boa parte desses territórios poderá servir de sumidouros de carbono. A estratégia de aumentar a produtividade da pecuária, que ocupa 62% das áreas desmatadas, é uma das alternativas para transformar a Amazônia em um grande instrumento de sequestro de carbono. Isso mudará totalmente o balanço brasileiro de emissões.

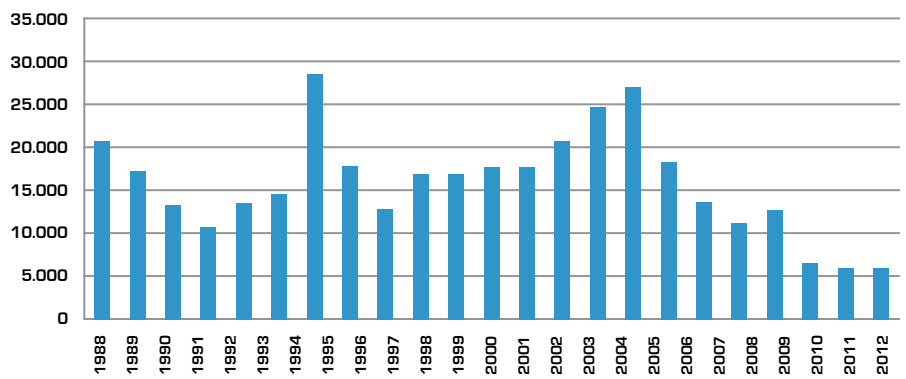
A recomposição da floresta, aliada com as medidas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que preveem meta contínua de redução do desmatamento, possibilitará à Amazônia, a partir de 2015, se transformar em um centro importante de absorção de carbono. ■

Desmatamento por Estado na Amazônia Legal entre Ago/10 e Jul/11

Estado	Área (mil km²)
Pará	2.870
Mato Grosso	1.126
Rondônia	869
Amazonas	526
Maranhão	36
Acre	271
Roraima	120
Amapá	51
Tocantins	40
Total	6.238

Fonte: Inpe

Evolução do desmatamento da Amazônia Legal (mil km²)



Fonte: Inpe

* Instituto para o Agronegócio Responsável